

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA POLÍTICAS PÚBLICAS E O DIREITO À EDUCAÇÃO
INCLUSIVA DAS PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: O
TRABALHO PRESTADO PELO PROFESSOR NA SALA DE RECURSOS
MULTIFUNCIONAL**

Susanita de Souza Rodrigues

Graduada em Pedagogia (Ulbra), especialista em Educação Infantil com Inclusão (Faculdade Afirmativo) e em Formação de Docentes para Educação Infantil, Alfabetização e Educação especial e Psicopedagogia Institucional e Clínica (Faveni)

E-mail: susanita82rodrigues@hotmail.com

Neuzenir Silva de Abreu Oliveira

Graduada em Pedagogia na Universidade luterana do Brasil-Ulbra.

E-mail: neuzenir_abreu@hotmail.com

Roseli Matos dos Santos

Graduada em Pedagogia (Unopar), especialista em Psicopedagogia

E-mail: roselimatos2020@gmail.com

RESUMO- O presente artigo estuda as políticas públicas e o direito à educação inclusiva das pessoas com Transtorno do Espectro Autista: o trabalho prestado pelo professor na sala de recursos multifuncional. Devido ao fato dos direitos das pessoas com Transtorno de Espectro Autista, ter passado por uma grande evolução, fez-se necessário discutir as leis que protegem as pessoas com autismo. O objetivo foi compreender a importância da sala de recursos multifuncional para o desenvolvimento do ensino e aprendizagem das crianças da Educação Infantil. O professor tem o papel fundamental como mediador na construção de novos conhecimentos, sendo a escola local propício para essa interação e construção do conhecimento tendo o lúdico como principal instrumento. A metodologia utilizada foi a qualitativa, de caráter descritivo, além de pesquisa bibliográfica sobre o tema. Por fim, o método escolhido para a análise dos dados foi o indutivo. Os resultados confirmam que grande parte dos problemas está ligada às limitações das medidas pedagógicas adotadas para a inclusão da pessoa autista no ambiente escolar em salas regulares. Com isso, não se garante o direito à educação de qualidade para todos, que haja inclusão. Também se observa a ineficiência das políticas públicas e da aplicação da legislação brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil. Psicomotricidade. Recurso multifuncional.

ABSTRACT - This article studies public policies and the right to inclusive education for people with Autism Spectrum Disorder: the work done by teachers in the multifunctional resource room. Because the rights of people with Autism Spectrum Disorder have evolved so much, it was necessary to discuss the laws that protect people with autism. The aim was to understand the importance of the multifunctional resource room for the development of teaching and learning for children in Early Childhood Education. The teacher plays a fundamental role as a mediator in the construction of new knowledge, and the school is a favorable place for this interaction and construction of knowledge, with play as the main instrument. The methodology used was qualitative and descriptive, as well as bibliographical research on the subject. Finally, the method chosen to analyze the data was inductive. The results confirm that a large part of the problems are linked to the limitations of the pedagogical measures adopted for the inclusion of autistic people in the school environment in regular classrooms. As a result, the right to quality education for all is not guaranteed. There is also the inefficiency of public policies and the application of Brazilian legislation.

KEYWORDS: Early childhood education. Psychomotricity. Multifunctional resource.

Translated with DeepL.com (free version)

1 INTRODUÇÃO

A inclusão da criança com deficiência no âmbito escolar ainda é um desafio que demanda maior organização devido às especificidades necessárias para lidar com as crianças que necessitam de um atendimento inclusivo e ao mesmo tempo diferenciado no contexto escolar. É importante refletir acerca do que é inclusão de fato, vez que se trata de um tema amplo da prática educacional.

A educação inclusiva tem passado por inúmeras transformações benéficas, o que consequentemente gera algumas discussões, pelo fato de que para que haja a inclusão de um ensino inclusivo especial faz-se necessário que os profissionais da educação sejam capacitados para que possam atender as crianças especiais. No mais, quanto ao espaço físico das escolas, bem como o corpo docente tem que de fato estar de acordo com as normas estabelecidas de acordo com a Lei Federal de nº 10.436, de 2002.

A pesquisa justifica-se ante a possibilidade de educadores ofertar um aprendizado mais eficaz e permanente junto as crianças almejando ainda por meio destes que se possa garantir a estes maior absorção e compreensão dos conteúdos trabalhados. No entanto, de acordo com a realidade da rede pública de ensino os materiais são adquiridos em sua maioria por meio de recursos da própria escola e das famílias dos alunos. No entanto, é comum que o educador adquira com o seu próprio recurso algum, material que deseje.

É na educação infantil que as atividades lúdicas como: músicas, histórias, parlendas, fábulas, faz de contas e as brincadeiras, agrega e contribui para o desenvolvimento da criança. As contribuições lúdicas nas brincadeiras na Educação Infantil no desenvolvimento cognitivo contribuem para um excelente aprendizado, na qual traz benefícios para a criança em seu processo ensino aprendizagem e na formação do docente.

A psicomotricidade integra as funções motoras da criança, além disso, ela influencia na educação e desenvolvimento do sistema nervoso. A brincadeira favorece a autoestima das crianças, auxiliando-as progressivamente suas aquisições de forma criativa. Brincar contribui, assim, para a interiorização de determinados modelos de adultos no âmbito de grupos sociais diversos. Essas significações atribuídas ao brincar transformam-no em um espaço singular de constituição infantil. Nas brincadeiras, as crianças transformam os conhecimentos que já possuíam anteriormente em

conceitos gerais com os quais brincam. Por exemplo, para assumir um determinado papel em uma brincadeira, a criança de ver conhecer alguma de suas características.

Seus conhecimentos provem da imitação de alguém ou de algo conhecido, de uma experiência vivida na família ou em outros ambientes, do relato de um colega ou de um adulto. O processo de ensino-aprendizagem na Educação Infantil é uma discussão a respeito das perspectivas de aprendizagem, relevante ao aprendizado da criança, que está iniciando sua formação e o desenvolvimento de habilidades motoras, cognitivas, afetivas e sociais, um espaço que a criança, sinta o prazer em brincar, correr, aprender, instigando nas suas atividades lúdicas, destacando as brincadeiras, para seu pleno desenvolvimento intelectual e pessoal.

Este trabalho tem por objetivo geral, compreender a importância da sala de recursos multifuncional para o desenvolvimento do ensino e aprendizagem das crianças da Educação Infantil. A fase de desenvolvimento cognitivo da criança passa por diversas etapas. Relacionar a prática da atividade lúdica brincadeira na educação infantil com o desenvolvimento cognitivo de crianças, onde começa seus primeiros contatos sociais e convivência sociocultural.

Quais as contribuições da Ludicidade para o desenvolvimento do ensino e aprendizagem na Educação Infantil? As atividades ligadas ao lúdico (música, movimento, expressão corporal.) tem um importante papel, na qual a compressão do ser, fazer, praticar e interagir, com brincadeiras do cotidiano e do dia a dia, a criança aprende o que está em seu universo ao seu redor e o no mundo em que vive. Além de resgatar o passado com o presente interagindo e mediando com o outro compreendendo o que for necessário e conceituando aspectos simples de sua vivência, brincadeiras novas e antigas.

O presente estudo tem abordagem qualitativa de caráter exploratório. Os procedimentos técnicos de coleta de dados se pautaram na pesquisa bibliográfica, a partir de livros, artigos, teses, legislação e doutrinas, sobre o assunto em questão.

A estrutura foi dividida em quatro capítulos sendo que o primeiro aborda histórico e conceitos da psicomotricidade. O segundo abordará a importância do professor para o desenvolvimento infantil. O terceiro a importância da sala de recursos multifuncional para o desenvolvimento do ensino aprendizagem das crianças da educação infantil. O quarto e último as políticas públicas na educação inclusiva: Proteção Jurídica ao direito à educação de qualidade: abordagens da Lei Nº 12.764 e a inclusão em escolas de ensino regular.

2. HISTÓRICO E CONCEITOS DA PSICOMOTRICIDADE

A psicomotricidade tem sua origem desde a antiguidade, na época grande parte perceberam que através da psicomotricidade havia mudanças em relação ao corpo humano. Ademais, houve comprovação com o passar dos anos, tanto físico, racial e cultural, diante disso, nota-se que a história do movimento mental nasceu com a história do corpo humano.

Conforme aponta Damasceno (1997, p.17), "pode-se dizer que o desenvolvimento do comportamento motor, assim como o desenvolvimento do movimento, está associado ao aumento da maturidade funcional".

A Psicomotricidade na sua essência, não é só a chave da sobrevivência, como se observa no animal e na espécie humana, mas é igualmente, a chave da criação cultural, em síntese a primeira e última manifestação da inteligência. A Psicomotricidade, em termos filogenéticos, tem, portanto, um passado de vários milhões de anos, porém uma história restrita de apenas cem anos. A motricidade humana, a única que se pode denominar por psicomotora, é distinta da motricidade animal por duas características: é voluntária e possui novos atributos de interação com o mundo exterior. (ENDERLE, 1987).

Ao complementar Sgreccia (1996, p.112) anota que "o corpo é uma barreira à aquisição de conhecimentos que deve ser superada para que se possa alcançar a plenitude".

É de extrema importância que a criança se sinta confortável no ambiente aprendizagem, pois favorece a plena potencialidade em se destacar. De sorte que a psicomotricidade tem a capacidade de mover a intencionalmente da criança, através do movimento pressupondo uma variedade de benefícios nas funções mentais, memória, atenção, raciocínio e discriminação.

Diferente das demais modalidades de ensino da educação básica brasileira, a Educação Infantil possui especificidades na transmissão de conteúdo, sendo assim o pedagogo deve ter em mente que, crianças de tenra idade externa seus desejos e conhecimento de mundo através da brincadeira, portanto, a criança deve ter contato com a aprendizagem de maneira lúdica e atrativa.

De modo que, para dar início ao processo de alfabetização, segundo Fonseca anota que é necessário se atentar em alguns requisitos de extrema necessidade quais sejam:

(...) alfabetizar a linguagem do corpo e só caminhar para as aprendizagens triviais que mais não são que investimentos perceptivos motor ligados por coordenadas espaços-temporais correlacionados por melodias rítmicas de integração e respostas. (FONSECA, 1996, p.142).

Todavia, a psicomotricidade contribui no processo de alfabetização, além disso, na concepção infantil brincar e viver são sinônimos, sendo que a ludicidade é capaz de trabalhar a emoção, a socialização, o desenvolvimento psíquico e a criatividade da criança. Nessa concepção, é possível inferir que a criança aprende brincando e brinca aprendendo (SANTOS, 1999).

É inegável que há diversas contribuições da psicomotricidade para o desenvolvimento infantil, porém, para que seja de grande valia, é necessário que o pedagogo esteja preparado e com olhar de sensibilidade para trabalhar em sala de aula, sendo necessário investigar e estar atento a realidade da criança, buscando mediar a brincadeira de forma que essa, além de atrativa, seja instrumento pedagógico no ensino-aprendizado infantil.

O desenvolvimento e o lúdico embasado em conhecimentos e experiências tem um papel de integração, despertando a criança em seu pensar, agir, imaginar, diante do seu processo de mundo exterior e interior, levar em consideração seu aprendizado dentro e fora da escola, sua cultura e seu meio, pois essa educação lúdica é de grande relevância, um papel fundamental para despertá-lo da imaginação, emoção, sensibilidade, necessário ao desenvolvimento cognitivo. Tal importância para a criança se desenvolver e brincando como parte de sua infância natural, proporciona benefícios, aprende a respeitar o próximo e suas diferenças entre os demais, compartilhar objetos, ser afetivo e comunicativo.

Vygotsky (1995, p.34) revela e explicita a subordinação dos processos biológicos ao desenvolvimento cultural, demonstrando que “a cultura origina formas especiais de conduta, modifica a atividade das funções psíquicas, edifica novos níveis no sistema do comportamento humano em desenvolvimento”.

Diante de tais informações elencadas e posicionadas no desenvolvimento desse trabalho quanto à inserção do lúdico sob uma concepção de como os educadores são vistos como mestres da educação, uma vez que ambos os educandos concebem a ludicidade como um fator importante para aprendizagem na fase inicial da criança, para contribuir com as relações sociais na infância.

As atividades lúdicas e as brincadeiras agregam na criança que desenvolve seu cognitivo e aprende culturalmente com atividades que a atinge a capacidade e possibilita novos conhecimentos.

Segundo Kishimoto:

[...] a brincadeira é uma atividade espiritual mais pura do homem neste estágio e, ao mesmo tempo, típico da vida humana enquanto todo – da vida natural/ interna do homem

e de todas as coisas. Ela dá alegria, liberdade, contentamento, descanso externo e interno, e paz com o mundo [...] a criança que brinca sempre, com determinação auto ativa, perseverando, esquecendo sua fadiga física, pode certamente tornar-se um homem determinado, capaz de auto sacrifício para de seu bem e dos outros [...] O brincar, em qualquer tempo, não é trivial, é altamente sério e de profunda significação (FROEBEL apud KISHIMOTO, 2002, p.23).

As brincadeiras (pipas, amarelinha, pular corda.) Faz parte da criança e de seu aprendizado em seu meio em que vive, a qual percebe o mundo a sua volta, desperta a criatividade presenciada em seu cotidiano.

3 A IMPORTÂNCIA DO PROFESSOR PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Percebe-se que o educador é de suma e extrema importância para celeridade e desenvolvimento da criança, podendo ocorrer que algumas crianças avancem rapidamente e outras de forma lenta, porém isso não muda a ordem de desenvolvimento dos estágios pelos quais possam passar. Pois o que o professor se propõem são direcionamento para o desenvolvimento de outros aspectos bem como senso estéticos, criatividade, estimula a coordenação motora entre outros estímulos a ser desenvolvidos.

Há que se falar ainda das múltiplas possibilidades didáticas e pedagógicas de se abordar os referidos temas, destinadas a integrar as diferentes maneiras de organização curricular. Estas envolvem os seguintes níveis de complexidade: transdisciplinar, interdisciplinar e interdisciplinar.

O primeiro este faz menção contribuições para que todos os conhecimentos construídos ultrapassem os conteúdos escolares. O segundo pressupõe uma abordagem de conteúdos relacionados a estes temas contemporâneos integrados a todos os conteúdos dos componentes curriculares. Enquanto a interdisciplinaridade traz o diálogo entre todos os campos de saberes, em que cada componente acolhe as contribuições dos outros, ou seja, há uma interação entre eles.

No ambiente escolar de acordo com a educadora em relato, são trabalhados por meio de três níveis interativamente, sobre os materiais de apoio específicos para a abordagem dos temas contemporâneos transversais, os livros didáticos adotados para cada uma das séries ofertadas já possibilitam o desenvolvimento de trabalhar os mesmos de forma contextualizada aos seus conteúdos.

Diante de todo percurso do estágio sensório motor, e a fase do desenvolvimento dos sentidos psíquicos da criança, gera reflexos neurológicos de ação para assimilação mental. Dessa forma, é desenvolvida a inteligência prática, as noções iniciais de tempo que são construídas pela ação. Sendo, portanto a fase em que as descobertas, fluem com naturalidade se a construção ocorrer de forma correta.

Para tanto, é preciso que o pedagogo esteja em constante observação, buscando meios e formas de propiciar um ambiente lúdico, reconhecendo instrumentos, objetos e acessórios que poderão contribuir para o aprendizado das crianças. Assim, é necessário buscar conhecimentos específicos dessa modalidade de ensino através de cursos, pesquisas e investigações acerca do assunto. Dessa forma, o pedagogo se torna cada vez mais apto para trabalhar de maneira eficaz em sala de aula, contribuindo para que haja uma formação prazerosa e eficaz. (NILES; SOCHA, 2014, p. 87).

A relação que há entre todo o processo de desenvolvimento infantil e a realidade social na qual a mesma está inserida, bem como, definem, que o desenvolvimento psicológico e o trabalho pedagógico possuem uma relação de dependência. Portanto, que deve o processo do ensino e da aprendizagem considerar ambos enquanto fontes conjuntas e colaborativas que auxiliarão todo o desenvolvimento das crianças. O ensino assim deve estar capacitado a produzir novos desenvolvimentos e conhecimentos que caminhem junto com a evolução psíquica dos educandos na educação Infantil.

No que toca as atividades didáticas que envolvem a didática do lúdico auxiliando a criança a organizar-se de forma correta e agradável, tornando os momentos únicos e prazerosos, ou seja, a função motora se desenvolve de forma célere e eficaz assim como vários outros aspectos. O processo de aprender o mundo se dá pela curiosidade que impulsiona a pessoa para a descoberta e repetidas explorações. (YOGI, 2003, p.5).

Importante destacar que é brincando que as crianças têm a possibilidade e a oportunidade de conhecerem a si próprias e aos outros em uma relação recíproca, entendendo as diferenças sociais, os hábitos e determinados costumes da cultura, assim o objetivo principal é o desenvolver da linguagem que permite conhecer os fenômenos que estão ao seu redor. "A criança precisa brincar, inventar, jogar, para crescer e manter o seu equilíbrio com o mundo." (RALLO, 1993, p.11).

Por meio de uma didática mais eficaz faz com que haja um desenvolvimento global e uma visão de mundo mais significativo. No mais, a criança pode interagir expressar, criticar e

transformar a realidade. Para isso, basta que seja incluída, a educação inclusiva que contribuirá para um ensino de qualidade quer para redefinir valores e para melhorar o relacionamento das pessoas na sociedade. (DALLABONA; MENDES, 2004, p. 107).

Portanto, há múltiplas possibilidades didáticas e pedagógicas de se abordar os referidos temas, destinadas a integrar as diferentes maneiras de organização curricular. Estas envolvem os seguintes níveis de complexidade: transdisciplinar, interdisciplinar e interdisciplinar (BNCC, 2017). No ambiente infantil ajudam a criança na compreensão do desenvolvimento na brincadeira quanto aos jogos, brinquedos e brincadeiras, posto que esses são instrumentos eficazes e necessários. Além do mais, observar-se que não há um conhecimento específico mais propostas de se trabalhar com o lúdico.

4. A IMPORTÂNCIA DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO ENSINO APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um novo método disponibilizado na Educação Especial, dentro do contexto da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Dessa forma, é vista como uma modalidade de ensino que ultrapassa todos os níveis da educação.

O Atendimento Educacional Especializado é realizado realiza principalmente em sala com recursos multifuncionais. Diante disso, o professor do atendimento educacional especializado deve propor atividades que contribuam para a aprendizagem de conceitos, além de propor situações vivenciais que possibilitem esse aluno organizar o seu pensamento. Esse atendimento deve se fundamentar em situações-problema, que exijam que o aluno utilize seu raciocínio para a resolução de um determinado problema (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010, p.11).

Portanto, o professor pedagogo de determinada classe regular é responsável pelo ensino da matemática na sala. O professor do Atendimento Educacional Especializado não poderá substituir o trabalho de outro professor. Dessa forma, o professor do AEE, caberá identificar e a conhecer o que o aluno sabe em função de suas experiências de vida, inclusive na escola. Cabendo ainda, a este estabelecer um clima de confiança entre professor e o aluno para que este último possa

manifestar o que conhece a partir de suas experiências (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010, p.15).

Os alunos público-alvo do AEE são definidos da seguinte forma: Alunos com deficiência auditiva; Alunos com deficiência visual; Alunos com baixa visão; Alunos com múltipla deficiência; Alunos com condutas típicas; Alunos com deficiência Intelectual; Alunos com Transtorno Global do desenvolvimento; Alunos com altas habilidades e superdotação. Alunos com síndromes como: Transtorno de Espectro Autista; dislexia, disgrafia, discalculia, dislalia etc.

A educação especializada nada mais que um “conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular” (TIBYRIÇÁ, 2011, p. 11).

O atendimento educacional especializado é voltado para o aluno com deficiência intelectual, além disso, se caracteriza essencialmente pela realização de ações específicas sobre os mecanismos de aprendizagem e desenvolvimento desses alunos. A aprendizagem na Educação Infantil é um desafio a ser vencido e alcançado de forma significativa, percebe-se alguns avanços consideráveis no decorrer do tempo até o presente momento.

Diante disso, os trabalhos dos alunos sempre são expostos na Sala de Recursos, para maior compreensão visibilidade são colocados murais, assim como as imagens, como forma de valorizar cada aluno e sua capacidade. Para que os trabalhos realizados possam ser vistos pelos familiares, sempre que eles quiserem, é de extrema relevância ajudar os alunos a superar as dificuldades, para que haja diminuição de barreiras e de diferenças, valorizando a potencialidade individual de cada aluno.

Portanto, a Educação Infantil traz em seu bojo a necessidade de obtenção de cuidados das crianças quando estavam em ambiente de aprendizagem e longe das mães que trabalhavam, As mulheres se organizavam para ter como cuidar de seus filhos e com o passar do tempo surgem às instituições filantrópicas com o objetivo de cuidar daqueles menos favorecidos.

5. AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: PROTEÇÃO JURÍDICA AO DIREITO À EDUCAÇÃO DE QUALIDADE ABORDAGENS DA Lei Nº 12.764 E A INCLUSÃO EM ESCOLAS DE ENSINO REGULAR

O autismo é uma condição ainda cercada de mistérios, mas uma coisa é certa: as crianças com autismo obtêm muitos benefícios com a inclusão escolar. Em relação à proteção jurídica e a educação de qualidade “melhorar a qualidade das decisões e garantir a maximização da consecução dos objetivos definidos pelas políticas e programas.” (FARIA 2005, p. 102).

Importante também destacar as Leis nº 12.764/2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e a Lei nº 13.005/2014 institui o Plano Nacional de Educação (PNE).

A publicação da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, ocorreu no ano de 2012, no qual Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro do Autista, o seu art. 3º, inciso IV faz determinação expressa dispondo que:

a) à educação e ao ensino profissionalizante; [...] Parágrafo único. Em caso de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular; nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito o acompanhante especializado. (BRASIL, 2012).

Portanto, com a promulgação da Lei 12.764/2012 adveio às oportunidades para os cidadãos ter o direito a igualdade no ensino, superando seus desafios tendo seus direitos nos três níveis do governo, havendo uma igualdade entre todos, sem qualquer tipo de desumanização. (CRUZ, 2020, p.10).

A Constituição Federal em seu artigo 208, III, a CRFB/88 faz esclarecimentos quanto a proteção do Estado: “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 2020, p.1).

Ademais, “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 2020, p.1).

Sendo assim, “o princípio da igualdade aborda que, as desigualdades de fato têm origem das diferenças e aptidões pessoais, cabendo tratar de formas distintas aqueles com necessidades diferenciadas” (PAIXÃO, 2018, p.1).

Percebe-se que esta lei está invisível aos olhos de muitos, ou até mesmo ignorada pelo Estado. É necessário campanhas de conscientização para que as famílias estendam do que se trata esta lei, fato é que as escolas não estão preparadas quando se trata de inclusão, por não receberem

incentivos do Estado, tendo em vista que gera um custo adicional como contratação de TI (técnico interno) para ajudar nas atividades da criança autista em sala de aula.

Portanto, a Lei Berenice Piana, para ter plena eficácia jurídica, necessita de uma reforma em sua estrutura. Para que os direitos dos indivíduos autistas ocorram de forma plena, afastando todo discurso de indiferenças e a falta de empatia ao próximo.

No entanto, se porventura não ocorrer, se tornará apenas um dispositivo legal sem efeito, pelo fato de não ter eficácia na prática e em seu cumprimento no seio da sociedade como um todo. Visto que seria uma verdadeira catástrofe depois de tanta luta pela igualdade no ensino regular para que os autistas conquistassem uma lei que pudesse ampará-los em suas necessidades; dignidade, inclusão e amparo jurídico para que seja garantido o acesso a todos os direitos fundamentais da existência humana (JUNIOR, 2021).

Lembrando que em todas as escolas tanto pública quanto privada tem o Projeto Político Pedagógico (PPP) no qual é disponibilizado pela escola, contemplando as formas de ensino a pessoas especiais no ensino regular.

Além disso, a Educação Infantil oferece práticas educativas com o intuito de promover o desenvolvimento integral da criança por meio da interdisciplinaridade seu ponto estrutural, além de enfatizar o cuidar e o brincar em meio aos componentes curriculares, de acordo com o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (BRASIL, 1998).

Temos crianças, sempre, na educação infantil e no ensino fundamental. Entender que as pessoas são sujeito da história e da cultura, além de serem por elas produzidas, e considerar os milhões de estudantes brasileiros de 0 a 10 anos como crianças e não só estudantes. Essa reflexão vale para a educação infantil e o ensino fundamental. (KRAMER, 2007, p. 19).

Caberá ao educador oferecer condições para que a criança permaneça na instituição e para que sua aprendizagem seja elaborada de forma eficaz, ou seja, preparar um ambiente agradável na escola cujo espaço tenha por objetivo a inclusão de todos. Cabendo ao psicopedagogo da instituição junto à equipe escolar avaliar os fatores da aprendizagem e dos alunos, para que haja uma prevenção quanto às dificuldades de aprendizagem (VERCELLI, 2011. p.73).

Há que se falar ainda na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) se trata de um documento que traz a regulamentação de quais sejam as aprendizagens consideradas essenciais a que todos os alunos, sejam da rede pública ou privada, deverá desenvolver. Portanto, a BNCC se

trata de instrumento que auxiliará na promoção da qualidade e da equidade, sempre garantindo à criança e ao jovem brasileiro tenha direitos iguais de aprendizagem (BNCC, 2017).

Através de um processo cauteloso de identificação dos objetivos elencados na pesquisa, é possível descrever como ocorre de fato o processo de inclusão educacional dos estudantes autistas no ensino regular. No entanto, o que dificulta é falta de um laudo concreto por meio de um atendimento especializado.

De acordo com a escola em que exercem suas funções pedagógicas, há um limite de aceitação de crianças autistas, apenas um por turma. Segundo a Lei nº 7.853/89 é obrigatório de todas as escolas aceitarem matrículas de alunos com deficiência e transforma em crime a recusa a esse direito. Conforme o art. 8 “é crime punível com reclusão de 2 a 5 anos e multa recusar, cobrar valores adicionais, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, em razão de sua deficiência”.

6. CONCLUSÃO

Diante do exposto, conforme a pesquisa em questão é necessária para que haja uma concreta integração e inclusão da pessoa com Transtorno do Espectro Autista no meio social será necessário um trabalho com objetivo de informar a população da importância de inclusão social para estas pessoas, a como lidar com essas pessoas especiais, e assim acabar com o preconceito.

Sabemos que a personalidade da criança, começa a se formar dentro de sua família. Porém, é somente na escola através do processo de socialização que a mesma pode ser considerada própria da criança, pois, a influência familiar já não se encontra em peso nesta criança. Foi possível perceber que o desenvolvimento de projetos estimula os estudantes a serem criativos em seu método de pesquisar, sendo conhecida também como sala de aula invertida, muito citada nos artigos apresentados. Pode-se afirmar que este é um fator indispensável para a pedagogia, considerando que o momento da aula será baseado em ótimos estímulos para a criança.

Vimos que as atividades psicomotoras contribuem para a alfabetização, pois ela tem um papel essencial na Educação Infantil, considerando que cada criança possui sua individualidade e processo de desenvolvimento, o professor deve se atentar para trabalhar atividades construtivas ao

processo de aprendizagem de cada criança, de acordo com a realidade social dos discentes e da comunidade ao qual a escola se localiza.

Destaca-se ainda que o professor como agente facilitador da aprendizagem deve valorizar a criatividade dos estudantes, neste sentido, a forma de ensinar incluindo o planejamento e a prática pedagógica precisa ser adequada, na tentativa de desenvolver o gosto pelos estudos dos conteúdos trabalhados e maior eficiência do processo de ensino aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 30 de mai. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.977, de 08 janeiro de 2020. Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Lei Berenice Piana)**, e a Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996, para instituir a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), e dá outras providências

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. 2018. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: maio 2022.

CRUZ, Deusina Lopes da. **Olhe os autistas nos olhos: direitos de cidadania, dever da família, do estado e da sociedade**. 2020.

DALLABONA, S. R; MENDES, S.M.S. **O Lúdico na Educação Infantil: Jogar, Brincar, uma forma de Educar**. Revista de divulgação técnico-científica do ICPG, v.1, n. 4, p.107-112, mar./2004.

DAMASCENO, Leonardo Graffius. **Natação, Psicomotricidade e Desenvolvimento**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1997.

ENDERLE, C. **Psicologia do desenvolvimento: O processo evolutivo da criança**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

FARIA, C. A. P. **A política da avaliação de políticas públicas**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, v. 20, nº 59, out. 2005, p. 97-110.

FONSECA, Vitor. **Manual de Observação Psicomotora: Significação psiconeurológica dos fatos psicomotores**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogo, Brinquedo, Brincadeira e a Educação**. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 1999.

KRAMER, Sonia. A infância e sua singularidade in Ministério da Educação – Secretária de Educação Básica. **Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade**. Brasília: Editora do Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

PAIXÃO, Bruna Teixeira. **Os princípios constitucionais que norteiam a pessoa com deficiência e a plena efetividade do Estatuto da Pessoa com Deficiência**. 2018.

SGRECCIA, Elio. **Manual de Bioética. Fundamentos e Ética**. 2º edição- Edição Loyola. SP, Brasil 1996.

SANTOS, Santa Marli Pires dos. **O lúdico na formação do educador**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

TIBYRIÇÁ, Renata Flores et al. **Direitos das pessoas com autismo**. Defensoria Pública do Estado de São Paulo, Revista Autismo, São Paulo, v. 1, p. 1-12, mar. 2011.

VERCELLI, L. C. A. **O trabalho do psicopedagogo institucional**. Revista Espaço Acadêmico, 2012.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

YOGI, C. **Aprendendo e brincando com música e com jogos**. Belo Horizonte: Fapi, 2003.